

Mobilizar é preciso...!

Colegas! Estamos em sessão permanente – a ASPI-UFF e a FENAFE, desde de 15 de julho.

Nossa grande apreensão de hoje é o reajuste de nossos proventos, em sofrida negociação, que legalmente está sendo levada a efeito pelo nosso sindicato – o ANDES-SN.

Tendo em vista a polêmica em que o assunto se transformou, em face das divergências ocorridas dentro das hostes universitárias, o movimento se dividiu e as negociações se enfraqueceram.

Nossa presença, é importante, nas associações, e em particular nas assembléias de nosso Sindicato.

Outras preocupações também nos angustiam: a Taxação dos Inativos; a recente aprovação da PEC Paralela da Previdência, cujos pontos mais polêmicos deverão ser decididos em agosto; e não menos importante, a Reforma Universitária.

Julho e agosto são meses significativos para o presente, mas, muito especialmente para o futuro. As perdas de hoje dificilmente serão recuperadas amanhã.

Justificamos a edição deste número EXTRA, pela necessidade de programarmos formas de MOBILIZAÇÃO essenciais ao ÊXITO de NOSSA LUTA. Os movimentos do governo podem nos prejudicar irreversivelmente, inclusive nos separando dos ativos.

Portanto, **PRECISAMOS PERMANECER ALERTAS! NÃO PODEMOS FICAR INERTES**, aguardando as medidas que nos dividam e fragilizam.

Pretendemos mostrar à comunidade e ao Governo que os aposentados estão vivos, em sessão permanente com plantonistas para esclarecimentos sobre as questões fundamentais que nos atingem, e para tomar as demais providências indispensáveis à mobilização.

A HORA É ESTA! MANTER A PARIDADE É ESSENCIAL!

PARTICIPE!... PARTICIPE!... PARTICIPE!...

Edição Extra

Notas e comentários

Julgamento da taxaço dos inativos adiado para agosto

“O julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a taxaço de inativos, suspenso no dia 26 de maio por pedido de vista do ministro Cezar Peluso, só acontecerá em agosto. O adiamento, segundo a assessoria do STF, se deu por atrasos comuns ao trâmite judiciário (o tempo máximo que um ministro pode ficar com um processo é 30 dias, mas esse prazo já foi ultrapassado), mas também coincide com o recesso do Judiciário, que começa hoje.

Enquanto não decide, o governo continuará a cobrar os 11% sobre o que exceder aos R\$ 1.505,17, de aposentados e pensionistas. Estão fora aqueles a quem a Justiça acatou liminar contra a taxaço. Os inativos que recebem acima do teto e não entraram com mandado de segurança já estão pagando valor referente a junho e dez dias de maio.

"Nós já imaginávamos que isso iria acontecer. O STF sofre pressão do governo. O ministro da Previdência, Amir Lando, chegou a apelar aos ministros sobre a importância da taxaço para o equilíbrio nas contas do governo. Mas ainda confio no julgamento independente da Corte", afirmou o ex-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marfan Martins Vieira.

Além da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Conamp, o STF julga no próximo semestre a ADIN impetrada pela Associação Nacional dos Procuradores da República. As associações alegam que a cobrança previdenciária dos servidores inativos fere o direito adquirido e garantido na reforma de 1998”.

Fonte: Jornal de Brasília, 2/07. Transcrito de ANASPS ON LINE, 9/07/2004.

Mobilização Agora!

O único caminho existente para que o inativo (aposentado e o pensionista) tem para fazer frente aos humores do Governo é pelo sindicato. Este, expressão máxima de nossa representatividade se encontra em batalha campal, sob intenso fogo cruzado. Nossos direitos correm vertiginosamente rumo ao abismo! Estamos deixando, por diversas causas, que nossa entidade sindical, lute sozinha sem o imprescindível apoio que nos compete proporcionar. – presença às assembléias. – Mobilização Agora! –

Em mesa de negociação, o sindicato que assume atitude de exclusão dos inativos, goza de simpatia dos interlocutores governamentais; os que, altaneiros, ainda resistem, são vistos com desconfiança, tra-

tados de modo evasivo e não concludente.

Desde 1981 até hoje, nunca estivemos tão ameaçados, como agora! Tornar-se-ão letra mal sã: isonomia, paridade e reajuste salarial, aumento nem se cogita, pois são distintos: o primeiro deles é para se aproximar da defasagem e o segundo, para ultrapassá-la.

A Associação dos Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense – ASPI-UFF, em 12 anos de existência, mais uma vez, põe-se em luta pautada, ou seja, com um programa definido e conta com seus filiados, à demonstração de sua vibrante capacidade de debate, mobilização e garra.

Taxação de Inativos

Por que as liminares não produziram os efeitos suspensivos da taxaço dos inativos, conforme seria normal?

A informação recebida foi verbal do DRH da UFF é que os processos foram encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por imposição de uma portaria existente, e não foram devolvidos, nem dada explicação por escrito do que realmente ocorre.

Consta que haverá desconto no próximo pagamento.

Suspeita-se de que a protelação esteja sendo feita para aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

Reajuste de proventos

É natural a ansiedade de todos pela definição do nosso reajuste.

Perguntam a todo instante:

Qual será o percentual? Será retroativo a maio? Quando será pago?

Não temos respostas conclusivas, mas, vamos informá-los sobre as últimas notícias.

Das negociações havidas com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), com a Diretoria do ANDES-SN no dia 22/07/2004, foi apresentada nova proposta formulada a partir da discussão com a Secretaria de Educação Superior do MEC (SesuMEC), também com a Secretaria de Orçamento do MPOG:

Os ministérios do Planejamento e da Educação apresentaram ontem, em Brasília, uma nova proposta de reajuste dos professores de instituições federais de ensino superior, que se aproxima da reivindicação da categoria.

Com isso, a previsão é elevar em R\$ 372 milhões o gasto com a folha anual de pagamento de cerca de 73 mil docentes.

No final de semana, acontecem assembléias para debater a proposta e definir se os professores suspendem ou não o indicativo de greve, aprovado por 22 dos 63 sindicatos regionais, que poderia ser deflagrado a partir do dia 27.

Segundo o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Educação, Jairo Jorge da Silva, o governo propôs extinguir a gratificação por desempenho (chamada de GED), substituindo-a por outra com valor fixo, o que pode beneficiar os aposentados.

De acordo com o exemplo dado pelo secretário, os professores com dedicação exclusiva que estão na ativa podem ter reajustes variando de 15,7% a 17,08%.

Já os aposentados ficariam com aumentos entre 32,92% e 36,27%. Do total, cerca de 54 mil docentes têm dedicação exclusiva.

Com a nova proposta, os menores percentuais de aumento para a categoria, segundo Silva, ficariam entre 7,3% e 7,99%.

"Procuramos sinalizar de forma positiva para restabelecer o diálogo com a universidade, o que é fundamental", disse Silva.

Para a presidente do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Marina Barbosa, o governo reconheceu que a reivindicação da categoria era justa.

"Temos agora um elemento novo [a proposta]. Faremos reuniões amanhã [hoje] e sábado para garantir a discussão com a base", afirmou a presidente da entidade, lembrando que um grupo de técnicos do Andes está analisando a nova proposta.

Na próxima quarta-feira, dia 28/07, MEC, Planejamento e Andes voltam a se reunir para tentar chegar a um acordo.

Artigos

REAJUSTE? QUE REAJUSTE?

Temos que concordar com a avaliação da ANDES: o governo deixou claro que persiste na política de arrocho salarial. Isto fica mais evidente na Mesa Nacional de Negociação Permanente e nos encaminhamentos do governo frente à pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, especialmente o movimento docente. A arrecadação da União não para de crescer enquanto as despesas com pessoal

declinam, e se parte para a precarização dos serviços públicos e para a desregulamentação da carreira docente, continuando-se a satanizar o aposentado. O argumento "herança maldita" não procede mais: opotou-se claramente pela política neoliberal.

Ainda estamos sem definição do "aumento linear" como manda a lei. Para evitar desgaste, o governo propôs fórmulas com a participação da CUT, que foram desprezadas pelos servidores. Nas inúmeras tentativas de negociação com o governo a ANDES não obteve qualquer resultado concreto, a não ser uma proposta apresentada como ultimato que o movimento docente considerou inaceitável. É clara a resistência do governo quanto à incorporação das gratificações.

Na mesa de negociações está a proposta alternativa da ANDES-SN: incorporação das gratificações garantida também aos aposentados; paridade entre ativos e inativos; calendário para a incorporação das gratificações –GAE e nova gratificação não produtivista. O movimento também reivindica que a proposta salarial a ser elaborada atinja concessão remuneratória não inferior a já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e que seja retroativa a 1º de maio.

Segundo a presidente da ANDES (Jornal da ADUFF, junho de 2004), há dificuldade em dialogar com o governo. No último encontro chegou-se a um termo de entendimento. O governo não cumpriu o prazo para devolução e o documento do governo não refletia a discussão que foi feita e o entendimento acordado, como se procurasse jogar o movimento para a greve. Na hora de formalizar uma proposta, recua. Há intransigência por parte do governo. Por isso é urgente que nos mobilizemos em torno de nossas reivindicações e de nossas entidades de classe, pressionando o governo. Sem mobilização não avançaremos. E sem a participação dos aposentados na luta e na mobilização corremos o risco de fragilizar o movimento. **Compareçam às assembléias e convençam outros companheiros a acompanhá-los. Só assim seremos fortes.**

Governo joga pesado contra inativos e pensionistas

O Estatuto do Idoso é letra incômoda ao próprio Governo, que tudo tem feito para esfolar pensionistas e inativos, ex-servidores da nação. Além dos anéis, querem os dedos, as luvas e a nossa dignidade, para alimentar a fogueira da "globalização" e a insensata drenagem da riqueza produzida.

O aparato governamental trabalha para dividir os ex-servidores, docentes ou não, do pessoal da ativa. Cada categoria tem seu sindicato e somente por meio dele, a administração federal, conversa sobre rea-

juste salarial e outras demandas financeiras, questões técnicas, que já deveriam constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias, concretizadas sempre no ano anterior.

Inexistindo esse fato completo, há que se votar crédito adicional ou suplementar, dependendo da arrecadação, lançamento de títulos públicos, de emissão simples de papel moeda e ou aumento da tributação. Em idas e vindas, muitas coisas são acrescentadas, deformadas e até mesmo desaparecidas.

As exigências, pressões surgem de acordo com a política oficial a ser implementada. No caso dos servidores públicos a meta é de exclusão os inativos e pensionistas. O sindicato de uma certa

categoria que já tenha se livrado da paridade entre o pessoal da ativa e dos idosos, pensionistas e inativos é recebido, à mesa permanente de negociação com medida e rapa-pé e um outro que defende a paridade, com rabugice e tergiversação.

A ASPI-UFF, sensível, conhecedora dos meandros institucionais e com 12 anos de lutas, vem, mais uma vez, pelo seu prestígio, sua capacidade de enfrentamento dos desafios, conclamar todos os aposentados, pensionistas para cerrar fileiras, olhos bem abertos e inteligência fina e aguçada, em sintonia com aqui e agora, não medindo esforço concentrado à ADUFF-SINDICATO, visto que esta entidade, está credenciada

diretamente, no momento, a desempenhar o relevante papel de medianeira de nossas justas pretensões, portanto, merecedora de estímulo e apoio irrestrito à causa da paridade, isonomia e autonomia para a Universidade Pública.

Publicação do Departamento de Difusão Cultural da Associação dos Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense

Jornalista responsável: Nousea Pinto - Reg. MTPS n.º 12.255

Equipe de redação: Cores Marques de Moraes, Ana Maria dos Santos e Nousea Pinto

Data de fundação da ASPI-UFF: 14 de julho de 1992.

Sede: Rua Passo da Pátria 19 - São Domingos

CEP 24210-240 - Niterói - RJ

Tel.: 2622-9199 e 2622-1675 (telefax)

E-mail: aspiuff@urbi.com.br

Site: <http://users.urbi.com.br/aspiuff/>

Projeto Gráfico:

Reinaldo L. Moreira

Serviços Gráficos:

ASPI-UFF

